

Companhia de Seguros Aliança do Brasil

CNPJ 28.196.889/0001-43

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras da Companhia de Seguros Aliança do Brasil relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, elaboradas na forma da legislação societária e das normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), acompanhadas do Parecer Atuarial, do Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras. Em 2011 a Seguradora apresentou prêmios emitidos líquidos de R\$ 2.911,5 milhões, representando um incremento de 17,1% sobre o exercício anterior. O lucro líquido do exercício foi R\$ 523,6 milhões, 4,8% superior a 2010. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2011, os Acionistas deliberaram o pagamento de dividendos intermediários no valor de R\$ 541,2 milhões e entesouramento de ações no montante de

R\$ 8,8 milhões. Em atendimento à Circular SUSEP 424/2011, a Seguradora declara deter, na categoria "mantidos até o vencimento", títulos e valores mobiliários no valor de R\$ 868,2 milhões, considerando ter capacidade financeira para tal, de forma que manifesta a intenção de observar os prazos de resgate originais dos mesmos. Os Grupos Banco do Brasil e MAPFRE celebraram Acordo de Parceria para a formação de aliança estratégica nos segmentos de seguros de pessoas, ramos elementares e veículos, pelo prazo de 20 anos. Em 30 de junho de 2011, foram realizadas as Assembleias Gerais Extraordinárias para a criação de duas sociedades *holdings*, através das quais se estabeleceu a parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola, a qual controla esta Companhia. b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos,

incluindo os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola. A Diretoria prevê trajetória de crescimento nos segmentos em que a Seguradora opera, aproveitando, em virtude do Acordo de Parceria mencionado, a experiência e a especialização das redes comerciais da MAPFRE e do Banco do Brasil, maximizando, desta forma, as sinergias operacional e comercial das unidades de negócio e promovendo constantes melhorias nos níveis de serviços prestados aos clientes. Agradecemos aos nossos acionistas, corretores, parceiros, clientes e segurados a confiança em nós depositada. Aos nossos profissionais, o reconhecimento pela dedicação e qualidade dos trabalhos realizados.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2012.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2011	2010
Circulante		1.859.582	1.504.182
Disponível		44.814	17.812
Caixa e bancos		2.816	2.816
Aplicações	5	1.073.399	932.644
Créditos das operações com seguros e resseguros		341.266	224.672
Prêmios a receber	7	294.539	198.719
Operações com seguradoras		9.642	5.116
Operações com resseguradoras		26.384	14.437
Outros créditos operacionais		10.701	6.400
Ativos de resseguro - provisões técnicas		175.481	126.100
Títulos e créditos a receber		81.274	100.934
Títulos e créditos a receber		64.521	85.131
Créditos tributários e previdenciários	19	416	362
Outros créditos		16.337	15.441
Outros valores e bens		188	45
Bens vendida		188	45
Despesas antecipadas		2.376	649
Custos de aquisição diferidos		140.784	100.920
Seguros		140.784	100.920
Ativo não circulante		1.732.224	1.435.910
Realizável a longo prazo		1.703.176	1.306.041
Aplicações	5	939.052	674.497
Ativos de resseguro - provisões técnicas		14.910	12.769
Títulos e créditos a receber		658.248	612.274
Créditos tributários e previdenciários	19	83.245	81.247
Depósitos judiciais e fiscais	16	575.003	531.027
Custos de aquisição diferidos		90.966	6.501
Seguros		90.966	6.501
Investimentos		4.086	108.962
Participações societárias		4.081	108.962
Outros investimentos		5	5
Imobilizado	9	16.262	16.346
Imóveis de uso próprio		1.801	1.971
Bens móveis		14.336	13.649
Outras imobilizações		25	726
Intangível	10	8.700	4.561
Outros intangíveis		8.700	4.561
Total do ativo		3.591.806	2.940.092

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	2011	2010
Circulante		1.588.161	1.290.363
Contas a pagar		159.186	101.391
Obrigações a pagar		16.220	14.771
Impostos e encargos sociais a recolher		3.505	3.460
Encargos trabalhistas		4.989	3.823
Empos e contribuições		134.472	79.337
Débitos de operações com seguros e resseguros		281.844	176.690
Prêmios a restituir		48.050	655
Operações com seguradoras		1.171	1.703
Operações com resseguradoras		135.612	43.030
Corretores de seguros e resseguros		65.494	47.727
Outros débitos operacionais		31.517	83.755
Depósitos de terceiros		11	5.837
Provisões técnicas - seguros	12	1.141.294	993.420
Danos		537.878	385.392
Pessoas		603.416	608.028
Passivo não circulante		1.267.257	779.002
Contas a pagar		371	-
Provisões técnicas - seguros	12	771.857	314.050
Danos		70.879	64.102
Pessoas		700.978	249.948
Outros débitos		495.029	464.952
Provisões judiciais	16	495.029	464.952
Patrimônio líquido		736.388	870.727
Capital social		1.141.294	993.420
Reservas de capital		1.283	1.283
Reservas de lucros		362.817	620.183
Ajustes com títulos e valores mobiliários		557	25
(-) Ações em tesouraria		(8.751)	-
Total do passivo		3.591.806	2.940.092

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Capital Social	(-) Ações em Tesouraria	Reservas de Capital	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Reserva de Ações	Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	192.826	-	-	-	-	-	-	-	192.826
Dividendos pagos referentes a exercícios anteriores - AGO de 31.03.2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital:									
AGE de 10.05.2010	56.410	-	-	-	-	-	-	-	56.410
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	499.594	499.594
Proposta para distribuição do resultado:									
Reserva legal	-	-	-	21.651	-	-	-	(21.651)	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	349.295	-	-	(349.295)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(66.844)	(66.844)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(61.804)	(61.804)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	249.236	-	1.283	49.847	570.336	-	25	870.727	249.236
Aumento de capital:									
Portaria SUSEP nº 1212 de 25.05.2011	131.246	-	-	-	(131.246)	-	-	-	-
Resgate de ações (vide nota 1)	-	-	-	-	(104.034)	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	532	(104.034)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	523.583	523.583
Proposta para distribuição do resultado:									
Aquisição de 4.619 ações próprias	-	(8.751)	-	-	-	-	-	-	(8.751)
Reserva legal	-	-	-	26.179	-	-	-	(26.179)	-
Reserva de lucros	-	-	-	-	282.370	-	-	(282.370)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(4.420)	(4.420)
Dividendos	-	-	-	-	(330.635)	-	-	(210.614)	(541.249)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	380.482	(8.751)	1.283	76.026	286.791	-	557	736.388	380.482

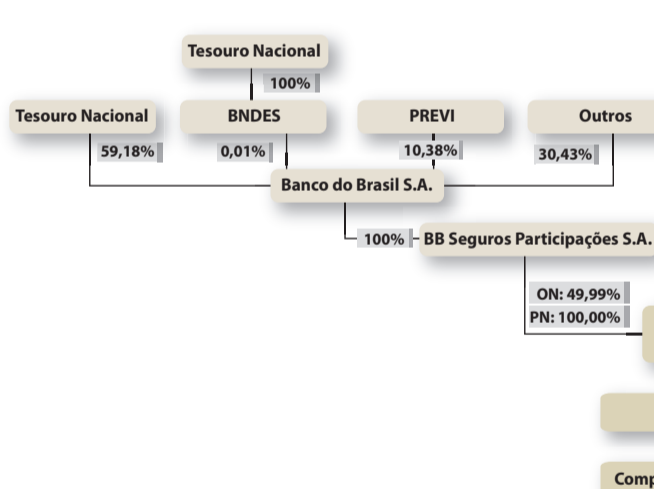
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Seguros Aliança do Brasil (doravante referida também como "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todos os ramos de seguros em todo o território nacional e atua com os ramos riscos de pessoas, seguros rurais e seguro habitacional. A Companhia está sediada na Avenida das Nações Unidas, 11711, 21º andar, São Paulo e cadastrada no CNPJ sob o nº 28.196.889/0001-43. A Companhia, no desenvolvimento de suas atividades, atua de forma integrada com o Banco do Brasil (doravante referido também como "BB") e empresas a ele ligadas, mantendo com essas empresas algumas operações, as quais estão detalhadas na Nota Explicativa 20. Em 5 de maio de 2010 o Banco do Brasil (BB) firmou acordo de parceria com o Grupo MAPFRE, por meio da BB Seguros Participações S.A. (subsidiária integral do BB) e MAPFRE Brasil Participações S.A., para atuação conjunta em certos segmentos do mercado segurador. A operacionalização dessa parceria requereu a reorganização societária da área de seguros da BB Seguros Participações S.A., na qual se inclui esta Companhia. Neste sentido, aconteceu a transferência da totalidade da carteira de seguros do ramo vida da Aliança do Brasil Seguros S.A. (anteriormente denominada Santa

A composição acionária em 31 de dezembro de 2011 era a seguinte:



2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade: Em 29 de abril de 2011, a SUSEP emitiu a Circular nº 424 que dispõe sobre as alterações das Normas Contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2011. Essa circular homologa os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e revoga Circulares SUSEP nºs 379/08, 385/09, 406/09 e 408/10. Desta forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP 424/11 e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), doravante denominadas "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". Este é o primeiro ano de adoção integral dos CPCs homologados pela SUSEP. A reconciliação dos efeitos da transição das práticas contábeis anteriormente previstas na Circular SUSEP nº 379/08 para a Circular SUSEP nº 424/11, relativas ao patrimônio líquido e ao resultado, e às isenções adotadas e exceções obrigatórias estão demonstradas na nota 22. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 8 de fevereiro de 2012. **b) Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão apresentadas com informações comparativas de 31 de dezembro de 2010, conforme disposições da Circular nº 424, de 29 de abril de 2011. Em atendimento a esta legislação foram reclassificados os seguintes grupos: i) operações com resseguradoras (ativo) e receitas de comercialização diferidas (passivo) para ativos de resseguros provisões técnicas; ii) receitas de comercialização diferidas (passivo) para custos de aquisição diferidos - resseguros (ativo); iii) operações de resseguros (resultado) para resultado com resseguro; e iv) custo de emissão de apólice (outras receitas e despesas operacionais) para receita com emissão de apólice. **c) Continuidade:** A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **d) Base para mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais no balanço patrimonial: (i) instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; (iii) ativos mantidos até o vencimento; (iv) provisões técnicas mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. **e) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais e arredondadas para o milhar mais próximo. **f) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. Informações sobre áreas em que o uso de premissas e estimativas é significativo para as demonstrações financeiras e nas quais, portanto, existe um risco significativo de ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

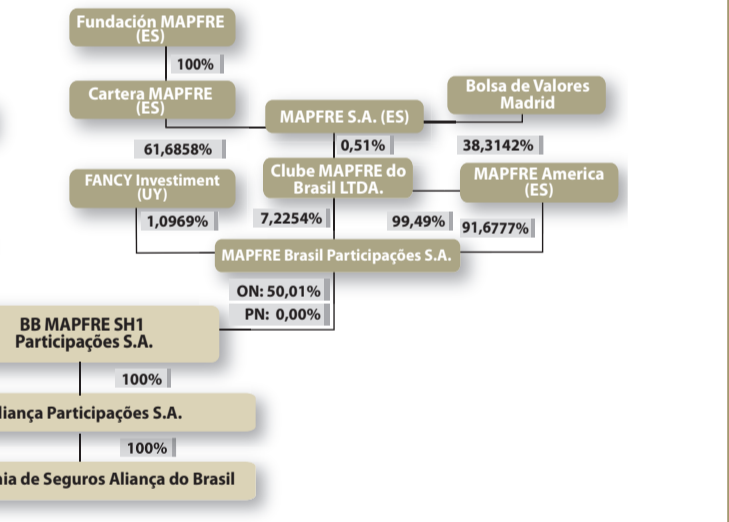
- Nota 2b - Instrumentos financeiros;
- Nota 3g - Classificação dos contratos de seguros e de investimento;
- Nota 3h - Mensuração dos contratos de seguros;
- Nota 3j - Custos de aquisição diferidos;
- Nota 3k - Provisões técnicas;
- Nota 3l - Teste de adequação dos passivos;
- Nota 7 - Prêmios a receber (no que se refere a provisão para risco de crédito); e
- Nota 15 e 16 - Provisões judiciais.

g) Separação entre circulante e não circulante: A Companhia efetuou a segregação de itens relativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo, o que pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional (12 meses) da entidade; **h) está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;** e **espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço.**

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos períodos apresentados nas demonstrações. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa que possuem vencimento de curtíssimo prazo e liquidez imediata. **b) Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) designados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) disponíveis para venda e (iv) empréstimos e recebíveis. A classificação dentre as categorias é definida pela Administração no momento inicial e depende da estratégia pela qual o ativo foi adquirido. **i. Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia classifica tais investimentos e toma decisões de compra e venda, baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Esses ativos são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. **ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** São classificados nessa categoria caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter esses ativos financeiros até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **iii. Ativos financeiros disponíveis para venda:** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado do exercício. **iv. Empréstimos e recebíveis:** Compreende ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, a atualização monetária, a variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidas no resultado, quando incorridas, na linha de receitas ou despesas financeiras. A Companhia possui as contas a receber líquidas e outros créditos classificados nessa categoria. **v. Determinação do valor justo:** Os valores justos têm sido apurados para produtos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos estão divulgadas na

Catarina Seguros e Previdência S.A.) para a Companhia e da carteira de seguros de certas classes de operações de riscos de danos da Companhia para a Aliança do Brasil Seguros S.A., prevista nessa reorganização, que foi efetivada em 1º de setembro de 2010, com base nos saldos contábeis de 31 de agosto de 2010, após aprovada pela SUSEP, conforme Portaria SUSEP 3.736 de 4 de agosto de 2010. Em decorrência do processo de preparação do Grupo Banco do Brasil para a parceria com a MAPFRE, foi transferida a titularidade das ações que a Companhia possuiu da Aliança do Brasil Seguros S.A. para a Aliança REV Participações S.A. (anteriormente denominada BB Aliança REV Participações S.A.), referida também como Aliança REV, através de resgate das ações da Companhia possuídas pela Aliança Participações S.A. (anteriormente denominada BB Aliança Participações S.A.), referida também como Aliança Participações. Os atos societários para operacionalização da parceria entre o Banco do Brasil e o Grupo MAPFRE foram concluídos em 30 de junho de 2011, dando origem ao GRUPO SEGURADOR BANCO DO BRASIL E MAPFRE, representado por duas Sociedades *Holdings*, conforme composição acionária abaixo: a) BB MAPFRE SH1 Participações S.A., com foco de atuação nos segmentos de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola. b) MAPFRE BB SH2 Participações S.A., com atuação nos segmentos de seguros de danos, incluindo os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola.



Nota Explicativa nº 5c. **Instrumentos derivativos: Contratos de investimentos:** A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados, à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros dos investimentos e as variações dos preços de soja e dólar associados às emissões de prêmios dos produtos do ramo de agronegócio. As operações com derivativos são registradas e negociadas na BMBFBOvespa. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado do período e estão classificadas na categoria ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado. **Contratos de seguros:** Quando um derivativo embutido é identificado a Companhia deve analisar se o instrumento principal pode ser mensurado ao valor justo confiavelmente (onde o instrumento financeiro derivativo não é bifurcado e contabilizado separadamente ao valor justo de mercado nas demonstrações financeiras). A Companhia efetua uma análise dos contratos de seguro e contratos de resseguro para avaliação da existência de derivativos embutidos. Nenhum derivativo embutido foi identificado. **d. Redução ao valor recuperável: i) Ativos financeiros:** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os prêmios de seguros também são testados quanto a sua recuperabilidade, e uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é calculada de forma coletiva, sendo determinada com base em critérios que levam em consideração, entre outros fatores, o histórico de perdas incorridas nos prêmios a receber oriundos de contratos de seguros dos últimos 24 meses. Para a referida provisão não é considerado nenhum componente específico de perda relacionado a riscos significativos individuais. **ii) Ativos não financeiros:** Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por imparidade quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contabilizado é calculado segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimado dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Companhia estão divulgadas na nota 9. A Administração da Companhia considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis adotadas pela Lei nº 11.638/07, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. **f. Ativos intangíveis:** Gastos de desenvolvimento interno de sistema, incluindo o custo de mão de obra direta, são reconhecidos como ativo intangível somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e existir ainda a intenção e recursos suficientes para conduzir o desenvolvimento desse sistema. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todos os demais gastos são contabilizados como despesas à medida que são incorridos. **g. Classificação dos contratos de seguros e de investimento:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no CPC 11 - Contratos de seguros. Além disso, a Superintendência de Seguros Privados por meio da Carta-Circular SUSEP/DEC-0V/GA/BI/Nº 007/08 estabeleceu critérios para identificação de um contrato de seguro. A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como regra geral, define-se risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um evento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa. Contratos de investimento são aqueles contratos que não transferem risco de seguro ou transferem risco de seguro insignificante. Nesse contexto, a Administração procedeu às devidas análises dos contratos de investimento com base nas normas supracitadas e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. O teste foi realizado considerando as determinações da Circular SUSEP nº 41/10 e nenhuma insuficiência foi identificada. As principais premissas utilizadas no teste foram:

Premissas	Descrição
Taxa de juros contratada para ativos e passivos	Produtos sem garantia de juros
Taxa de juros esperada para os ativos	Produtos sem garantia de juros
Taxa de desconto	Taxa de juros livre de risco pré-fixada
Tábua - seguros de vida de longo prazo	BR-EM5mt
Tábua - seguros de curto prazo	BR-EM5mt
Grupo de Ramo	Sinistralidade
09	28,1%
10	9,0%
11	20,9%

m. Passivos financeiros: Compreende substancialmente fornecedores, contas a pagar e as contas que compõem o grupo "débitos com operações de seguros" que são reconhecidos inicialmente ao valor justo. **n. Provisões, passivos e ativos contingentes:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, e se a mesma possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja obtido para liquidar a obrigação. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estão sendo provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como "provável", conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, consideradas as orientações previstas nas Cartas Circulares SUSEP/DECON/GAB nº 15/06 e 17/06. Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente, resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados. **o. Benefícios aos empregados: Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado. **Obrigações por aposentadorias:** A Companhia inclui o plano de previdência complementar para os empregados variando o valor justo de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Companhia paga contribuição fixa para uma entidade separada, no caso a Brasilpre Seguros e Previdência S.A., e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de benefícios a empregados, no período em que esses serviços são prestados pelos empregados. **Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, resoluções de férias, vale transporte, vale alimentação e vale refeição são reconhecidos somente se oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos. **p. Outras receitas e despesas oriundas dos contratos de seguros:** Compreende substancialmente as despesas oriundas das contribuições ao Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) provisionadas mensalmente. As despesas com apólices e contratos também são registradas nesse grupo, e são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas. **q. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre ativos financeiros (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e ganhos nos instrumentos financeiros designados por meio do resultado a valor justo e ganhos nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com atualização monetária das provisões técnicas, redução no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros e perdas nos instrumentos derivativos que estão reconhecidos no resultado. **r. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10% sobre a parcela do lucro tributável anual excedente a R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais não são reconhecidos no resultado quando relacionados a itens diretamente registrados no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente e o imposto a pagar sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras, bem como os impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de recolhimento (impostos correntes), mensurado pelas alíquotas vigentes aplicadas sobre prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias não dedutíveis e quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros. • **Risco de seguro;** • **Risco de crédito;** • **Risco de liquidez;** • **Risco de mercado;** • **Risco operacional.** A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições de risco, bem como a metodologia utilizada para a gestão e mitigação de cada um dos riscos acima mencionados. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado como o objetivo de adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento das atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um sistema de gestão de riscos, constantemente aperfeiçoado, que segue as diretrizes dos modelos internacionais como COSO II-ERM e COBIT e as linhas mestras da Diretiva de Solvência II, aprovada pelo Parlamento Europeu. Alinhado à regulamentação vigente e às políticas corporativas da Companhia, o sistema de gerenciamento de riscos é baseado na gestão integrada de cada um dos processos de negócio e na adequação do nível de risco aos objetivos estratégicos estabelecidos. O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado dentro de um processo apoiado na estrutura de Controles Internos e Gestão de Riscos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer a correta identificação e mensuração dos riscos. A gestão dos riscos corporativos é sustentada por ferramentas estatísticas como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo de VaR, indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estas ferramentas, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de auto avaliação de riscos, coleta de informações de perdas e análises de resultados de testes e controles, e de auditorias. A integração destas ferramentas permitiu uma análise completa e integrada dos riscos corporativos. Para assegurar o aprimoramento do gerenciamento de riscos, foram criados os seguintes comitês: • **Comitê Financeiro:** tem como caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos de finanças. É de competência desse Comitê acompanhar o desempenho financeiro e propor para apreciação da Administração, dentre outros, as políticas e os limites para administração dos riscos financeiros. • **Comitê de Riscos e Controles Internos:** constituído como órgão de apoio vinculado ao Comitê Executivo, no âmbito da estrutura de governança corporativa do GRUPO SEGURADORA DO BRASIL E MAPFRE, adiante designado apenas GRUPO, tendo como objetivo avaliar e acompanhar, analisar e auxiliar a Alta Direção no processo de avaliação e gestão quanto aos riscos corporativos e controles internos, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Administração; • **Comitê de Auditoria:** órgão estatutário de assessoramento à Administração que tem como atribuições, entre outras, revisar as demonstrações financeiras, à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos, à luz da regulamentação vigente e dos códigos internos; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor a Administração o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. • **Comitê Executivo:** cabe a este comitê zelar pela agilidade e qualidade do processo decisório da Companhia, atribuindo papéis e responsabilidades específicas que colaboram com o ambiente de controles internos tais como a gestão dos processos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro, a divulgação e disseminação dos mais elevados padrões de conduta ética e a otimização de recursos. O relacionamento dos Comitês com a alta administração respeita as alçadas definidas pelo sistema normativo, contudo, sempre é respeitado o nível de independência requerido para as análises técnicas. Os Comitês têm em seus regimentos a definição das atribuições e reportes. Ainda com o intuito de gerar os riscos aos quais a Companhia está exposta, a Auditoria Interna possui um importante papel. A sua independência e autoridade nos exames efetuados colaboram para a existência de um nível de risco de crédito de alta qualidade, de forma que o resultado adverso de eventos atípicos e volútos seja minimizado. Não obstante, parte dos riscos de crédito e subscrição aos quais a Companhia está exposta é minimizada em função da menor parcela dos riscos aceitos possuem importâncias seguras elevadas. **Concentração de riscos:** As potenciais exposições a concentração de riscos são monitoradas analisando determinadas concentrações em determinadas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por produto de seguro baseada no valor de prêmio líquido de resseguro.

Região geográfica	2011	2010
	%	%
Centro-Oeste	19%	21%
Nordeste	15%	15%
Norte	4%	4%
Sudeste	38%	37%
Sul	24%	23%
	100%	100%

Sensibilidade do risco de seguro: O risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas na precificação dos prêmios de seguros bem como em relação à estimativa de reservas. Para assegurar as provisões técnicas. As provisões técnicas representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das seguradoras com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foi considerada na análise, as variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio. Como fatores de risco elegeram-se as variáveis abaixo: **(a) Provisões técnicas:** 1. Provisão de IBNR: Simulamos como um possível e razoável aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros poderia afetar o saldo da provisão de IBNR considerando o resultado obtido em 31/12/2010 e 31/12/2011. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um agravamento nos fatores de IBNR relativo ao desenvolvimento dos sinistros, com base na variabilidade média desses fatores. 2. Provisão de Insuficiência de Prêmios PIP para seguros de longo prazo - Ouro Vida Revisado. Simulamos como um agravamento de 5% na tábua de mortalidade utilizada para cálculo da PIP poderia ter afetado o saldo da PIP e consequentemente o Resultado e Patrimônio Líquido em 31/12/2010 e 31/12/2011, respectivamente. Simulamos como uma redução de 1% na taxa de desconto utilizada para cálculo da PIP poderia ter afetado o saldo da PIP e consequentemente o Resultado e Patrimônio Líquido em 31/12/2010 e 31/12/2011, respectivamente. 3. Provisão de Insuficiência de Prêmios PIP para seguros de curto prazo (a3): Simulamos como um agravamento de 5% na premissa de sinistralidade da PIP afetaria o Resultado e Patrimônio Líquido em 31/12/2010 e 31/12/2011, respectivamente. Os resultados obtidos demonstraram que mesmo com a elevação de 5% na sinistralidade, a (b) Simulação de Prêmios Não Ganhos - PPNIG é mais que suficiente para cobertura dos sinistros e despesas futuras. **(b) Sinistralidade:** Simulamos como uma elevação de 5% na sinistralidade da carteira teria impactado o Resultado e Patrimônio Líquido em 31/12/2010 e 31/12/2011, respectivamente. **(c) Taxa de juros:** Simulamos como uma redução de 1% na taxa de juros afetaria o Resultado Financeiro do exercício e consequentemente o Resultado e Patrimônio Líquido.

Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são:

Fator de Risco	Sensibilidade	2011	2010
		Impacto no Patrimônio Líquido	Impacto no Patrimônio Líquido
(a) Provisões Técnicas	Total	(117.534)	(107.466)
a1. IBNR	Aumento	(9.455)	(8.780)
a2. PIP de longo prazo	Aumento	(22.950)	(21.936)
	Redução	(85.129)	(76.750)
	Como uma elevação de 5% na sinistralidade afetaria o exercício	(45.429)	(38.897)
(b) Sinistralidade	Aumento	(19.753)	(15.427)
(c) Taxa de Juros	Redução	(19.753)	(15.427)

Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes em ativos financeiros. O risco de crédito pode ser maximizado por meio dos seguintes fatores: • Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados; • Possibilidade de algum emissor de títulos privados não efetuar o pagamento previsto no vencimento; • Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas; • Colapso ou deterioração na capacidade de crédito dos cosseguradores, resseguradores, intermediários ou outras contrapartes. **Exposição ao risco de crédito de seguro:** A exposição ao risco de crédito para prêmios a receber difere entre os ramos de riscos de seguros decorridos, onde os ramos de riscos decorridos a exposição é maior uma vez que a cobertura é em antecedência ao pagamento do prêmio de seguro. A Administração entende que, no que se refere às operações de seguros, não há uma exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que a Companhia opera com produtos fundamentalmente massificados. Considera-se, também, que o risco é minimizado uma vez que a maior parte dos seus segurados é correntista do Banco do Brasil, e os prêmios são, usualmente, debitados automaticamente em sua conta-corrente. Em relação às operações de resseguro, a Companhia está exposta a concentrações de risco com resseguradores individuais, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de resseguradores que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Companhia adota uma política de gestão de riscos nas exposições das contrapartes de risco de crédito, operando somente com resseguradores de alta qualidade de crédito refletidas nos ratings atribuídos por agências classificadoras. Até 31 de dezembro de 2011, os parceiros de resseguros eram:

IRB BRASIL RESEGUROS S.A.	86%
MAPFRE DO BRASIL CIA. DE RESEGURO	6%
MUNICH RE DO BRASIL RESEGURO S.A.	8%

Em 31 de dezembro de 2011 o total de ativos de resseguro recuperável e de R\$ 26.384 (R\$ 14.437 em 2010) sendo que parte relevante desse saldo total tinha como contraparte o IRB Brasil Resseguros S.A. **Gerenciamento do Risco de Crédito:** Os recebíveis de clientes são sujeitos a um processo de avaliação e classificação de risco de crédito base contínua para garantir que os objetivos de mitigação de risco de seguros e de crédito sejam atingidos. A política financeira prevê a diversificação da carteira de investimentos (ativos financeiros), com o estabelecimento de limites de exposição por emissor e a exigência de rating mínimo "A" para alocação. Alguns focos de atenção para o risco de crédito são: evitar a concentração de negócios em resseguradores, em grupos de clientes, em um mesmo grupo econômico ou até em regiões geográficas. O gerenciamento de risco de crédito referente aos instrumentos financeiros inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes individuais em relação às classificações de crédito por companhias avaliadoras de riscos, tais como *Fitch Ratings*, *Standard & Poor's* e *Moody's*. As diretrizes de resseguros também colaboram para a redução do risco de crédito. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está relacionado tanto com a capacidade da Companhia de cumprir seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Forte posição de liquidez é mantida por meio da gestão do fluxo caixa e equilíbrio entre ativos e passivos para manter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. **Gerenciamento do risco de liquidez:** A administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. São aprovados, anualmente, pela Diretoria os níveis mínimos de liquidez a serem mantidos, assim como os instrumentos para gestão da liquidez, tendo como base as premissas

estabelecidas na Política de Investimentos a qual é aprovada pela Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Superintendência Financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descaamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. Outro aspecto importante referente ao gerenciamento de risco de liquidez é o casamento dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Para uma proporção significativa dos contratos de seguros de vida o fluxo de caixa está vinculado, direta e indiretamente, com os ativos que suportam esses contratos. Para os demais contratos de seguros, o objetivo é selecionar ativos com prazos e valores com vencimento equivalente ao fluxo de caixa esperado para os sinistros/benefícios destes ramos. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são revisadas mensalmente. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o equilíbrio de ativos e passivos.

	A Vencer em até 1 ano	A Vencer entre 1 e 3 anos	A Vencer acima de 3 anos	Total
Caixa e equivalentes de caixa	70.450	–	–	70.450
Valor justo por meio do resultado	167.922	264.665	358.945	791.532
Disponível para venda	70.308	158.949	97.731	326.988
Antecipações de vencimento	185.922	442.415	239.876	868.213
Créditos das operações de seguros e resseguros	341.266	–	–	341.266
Ativos de resseguro	131.942	24.450	19.182	175.574
Créditos tributários e previdenciários	416	83.245	–	83.661
Despesas antecipadas	2.376	–	–	2.376
Custo de aquisição diferidos	159.404	37.662	34.684	231.750
Outros ativos	81.128	–	–	81.128
Total dos ativos financeiros	1.211.134	1.011.386	750.418	2.972.938
Contas a pagar	159.186	371	–	159.557
Débitos das operações com seguros e resseguros	281.844	–	–	281.844
Depósitos de terceiros	5.837	–	–	5.837
Provisões técnicas - seguros e resseguros	1.278.745	252.459	381.947	1.913.151
Total dos passivos financeiros	1.725.612	252.830	381.947	2.360.389

Os ativos financeiros relacionados a Depósitos judiciais, R\$ 575.003, Ativos de Resseguro referentes a processos judiciais de sinistros, R\$ 14.817, e os passivos financeiros relativos a Provisões judiciais, R\$ 495.029, não foram classificados no quadro acima devido à expectativa incerta do prazo das respectivas decisões judiciais. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno dos investimentos. A política da Companhia, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que o risco de mercado é calculado pela Diretoria de Risco do Banco do Brasil com base em cenários de stress, histórico e na metodologia de *Value at Risk (VaR)* e diariamente na Superintendência Financeira e a BB-DTVM acompanham o resultado do VaR e apresentam periodicamente nas reuniões do Comitê Financeiro, visando identificar necessidades de realocação. A metodologia adotada para a apuração do VaR é a série histórica de 150 dias, com nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 dia útil. Considerando o efeito da diversificação entre os fatores de risco, a possibilidade de perda estimada pelo modelo do VaR, para o intervalo de 1 dia é de R\$ 1.641 (R\$ 1.333 em 2010). No exercício analisado, as posições que mais contribuíram em termos de risco foram as relacionadas aos papéis indexados a índices de preços. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balançamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é aperfeiçoar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. **Sensibilidade a Taxa de Juros:** Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (INPC, IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições de ativos e passivos da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 pontos base para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. Historicamente, a Companhia não resgata antecipadamente ao seu vencimento os ativos classificados na categoria mantidos até o vencimento, diante disto, os títulos classificados nessa categoria foram excluídos da base para a análise de sensibilidade uma vez que a Administração entende não estar sensível à variações na taxa de juros desses títulos visto a política de não resgatá-los antes do seu vencimento. Do total de R\$ 2.012.369 de ativos financeiros, incluindo as operações compromissadas, R\$ 868.213 foram extraídos da base da análise de sensibilidade por estarem classificados na categoria "mantidos até o vencimento" e R\$ 70.843 relativos à posição de DPVAT. Desta forma, a análise de sensibilidade foi realizada para o volume financeiro de R\$ 1.073.313, sendo que R\$ 590.135 são títulos públicos federais, com rendimentos pré-fixados, pós-fixados e indexados a índice de preços. Considerando o total analisado, os títulos pré-fixados (NTN-F e LTN) representam 74,0%, os índices de preços (IPCA) representam 17,2% e os pós-fixados 8,2%, perfazendo um total de 55,0% em títulos públicos do total analisado. Dadas as premissas adotadas, observou que o resultado é impactado negativamente quando da elevação de taxa de juros, tendo em vista que grande parte da sua carteira está centrada em ativos pré-fixados e índice de preço (estes foram considerados como ativos pré-fixados na análise de sensibilidade). Por outro lado, uma redução na taxa de juros proporciona resultado positivo considerando a concentração em taxas pré-fixadas. Para elaboração da análise de sensibilidade foram considerados os ativos financeiros existentes na data-base do balanço.

Fator de risco	2011	2010
	Impacto no Patrimônio Líquido	Impacto no Patrimônio Líquido
Taxa de juros	–	–
elevação de taxas	(3.708)	(3.375)
redução de taxas	5.224	3.445

Parâmetros: a) 100 basis points nas estruturas de taxas de juros vigentes em 31.12.2011 e 31.12.2010; b) 100 basis points nas estruturas de taxas de cupons vigentes em 31.12.2011 e 31.12.2010.

Risco operacional: Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. **Gerenciamento do risco operacional:** A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta Administração dentro

Movimentação das aplicações financeiras

Descrição	Saldo em 31/12/2010	Transferência	Aplicações	Resgates	Ganho/Prov. Desv.	Rendimentos/Atualizações	Despesas/Atualizações	Saldo em 31/12/2011	Classificação do Ativo	
Certificado de Depósito Bancário - CDB	15.549	–	9.326	(6)	–	1.961	–	26.830	Disponível para Venda	
CDB - DPGE	36.556	–	41.000	(16.830)	–	8.802	–	69.528	Disponível para Venda	
Debêntures	38.132	–	94.368	(11.781)	262	5.429	–	126.410	Disponível para Venda	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	31.637	–	35.390	(20.048)	823	5.107	–	52.909	Disponível para Venda	
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	226.859	(51.331)	898.744	(113.787)	–	24.838	–	137.910	Até o Vencimento	
Fundo BB Aliança	384.740	51.331	146.153	(797.611)	–	64.354	–	498.890	Valor Justo Por Meio do Resultado	
Fundo BB Aliança 2 F1	47.317	13.300	–	(26.354)	–	5.681	–	39.944	Valor Justo Por Meio do Resultado	
Fundo BB Aliança 2 F2	40.806	(13.300)	–	(7)	–	3.422	–	30.921	Até o Vencimento	
Fundo BB Aliança Multimercado	207.641	85.753	471.007	(606.780)	–	50.369	–	207.990	Valor Justo Por Meio do Resultado	
Fundo BB Aliança Multimercado	129.003	(85.753)	–	–	–	7.377	–	50.627	Até o Vencimento	
Fundo BB Ativos	80.319	–	219.500	(248.057)	–	9.567	–	61.329	Valor Justo Por Meio do Resultado	
Fundo de Invest. em Direitos Creditórios	28.330	–	20.877	(4.156)	–	3.887	–	48.938	Valor Justo Por Meio do Resultado	
Fundo de Invest. Bradesco - DPVAT	17.331	(413)	6.156	(2.375)	–	2.948	–	23.647	Valor Justo Por Meio do Resultado	
Fundo de Invest. BB - DPVAT	17.349	–	6.138	(2.375)	–	2.470	–	23.582	Valor Justo Por Meio do Resultado	
Fundo de Invest. Itaú - DPVAT	17.344	–	6.143	(2.375)	–	2.502	–	23.614	Valor Justo Por Meio do Resultado	
Título de Capitalização	300	–	600	(905)	–	5	–	310	Disponível para Venda	
Derivativos Opções - Soja	–	–	299	–	44	–	(33)	–	122	Disponível para Venda
Derivativos Opções - Dólar	–	–	145	–	–	2	(25)	–	122	Disponível para Venda
Letras Financeiras - LF	–	–	50.614	–	–	264	–	50.878	Disponível para Venda	
Total	1.607.065	(413)	2.006.460	(1.853.447)	1.085	251.676	(58)	2.012.369		

(a) Composição por prazo e por título

Ativos designados pelo valor justo por meio do resultado	2011	1 a 30 dias ou sem vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Contábil/Valor Justo	Valor Curva	Ajuste a Valor Justo
	Letras do Tesouro Nacional (LTN)	–	–	–	–	277.466	817.168	798.628
Notas do Tesouro Nacional (NTN-F)	–	–	–	–	159.026	150.943	150.943	10.132
Notas do Tesouro Nacional (NTN-B)	–	–	–	–	159.026	152.267	153.244	5.782
Certificados de Depósito Bancário (CDB-DPGE)	–	–	785	5.780	48.136	102.287	98.404	2.883
Quotas de Fundo DPVAT	–	–	–	–	70.843	94.915	94.915	–
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - Não Exclusivo	–	–	–	–	–	70.843	70.843	–
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	–	–	120	8.058	18.542	48.938	49.206	(268)
Operações Compromissadas	–	–	25.636	–	–	26.720	26.722	(2

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	2011			
	Quantidade	Valor de Referência	Valor Justo	Valor a Receber/Pagar
Derivativos				
Opções de Dólar a vencer de 31 a 180 dias	95	8.910	8.910	–
Opções de Soja a vencer de 31 a 180 dias	412	9.390	9.002	–
LTN - A vencer acima de 360 dias	3.450	345.000	272.659	(130)
NTN-F A vencer acima de 360 dias	1.895	189.500	137.814	(91)
	5.852	552.800	428.385	(221)

	2010			
	Quantidade	Valor de Referência	Valor Justo	Valor a Receber/Pagar
Derivativos				
Debêntures - A vencer de 1 a 30 dias	70	7.000	6.994	–
LTN - A vencer de 1 a 30 dias	387	38.300	38.269	–
NTN-F A vencer de 1 a 30 dias	827	82.700	82.634	–
LTN - A vencer entre 181 a 360 dias	500	50.000	47.328	(8)
NTN-F - A vencer acima de 360 dias	290	29.000	12.694	(22)
	2.070	207.000	187.919	(30)

7. PRÊMIOS A RECEBER

	2011	2010
Prêmios a receber	304.972	205.546
(-0,43) Provisão para riscos de créditos sobre prêmios de seguros	(10.433)	(6.827)
Total	294.539	198.719

A Companhia não possui nenhum prêmio de seguro a receber individualmente significativo.

a) Movimentação de prêmios a receber

	2011	2010
Saldo Inicial	205.546	227.958
Prêmios emitidos	3.124.098	2.651.383
Cancelamentos	(1.747.018)	(180.513)
Recuperações	(2.847.654)	(2.493.282)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	304.972	205.546

b) Composição por prazo de vencimento

	2011	2010
Vencendo: 1 a 30 dias	213.236	137.794
Vencendo: 31 a 60 dias	43.567	47.873
Vencendo: 61 a 120 dias	6.198	6.057
Vencendo: 121 a 180 dias	6.669	4.327
Vencendo: 181 a 365 dias	5.636	1.852
Vencendo superior a 365 dias	16.301	4.183
Total	304.972	205.546

O período médio de parcelamento oferecido pela Companhia para liquidação dos prêmios pelos segurados é de 150 dias em 2011 e 2010.

8. OPERAÇÕES DE RESSEGURO

a) Ativo

	2011	2010
Prêmios	4.639	6.628
Recuperação de sinistros - IRB	18.312	7.859
Outros	4.287	–
(-) Provisão para riscos de créditos com resseguradores	(854)	(50)
Total	26.384	14.437

b) Passivo

	2011	2010
Prêmios cedidos	(152.169)	(40.235)
Comissão a recuperar	28.776	3.782
Outros	(12.219)	(6.577)
Total	(135.612)	(43.030)

9. IMOBILIZADO

	Taxa Anual de Depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2010	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31 de dezembro de 2011
Imóveis de uso próprio	5,58% a 7,02%	1.971	–	–	170	1.801
Equipamentos	20%	12.463	3.235	–	3.814	11.884
Móveis, máquinas e utensílios	10%	1.123	19	–	186	956
Veículos	20%	63	1.587	231	(178)	1.596
Outras imobilizações	57% a 63%	726	–	–	702	25
Total		16.346	4.841	231	4.694	16.262

10. INTANGÍVEL

	2011	2010
Saldo inicial	4.561	1.154
Adições	4.139	3.407
Saldo final	8.700	4.561

11. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

As contas registradas em Depósitos de Terceiros são compostas por valores recebidos efetivamente, ainda não balanceadas das contas de Prêmios a Receber, configurando uma conta transitória onde são registradas as operações de cobrança de prêmios da Companhia.

	2011	2010
1 a 30	202	6.089
31 a 60	293	1.694
61 a 120	220	2.277
121 a 180	205	495
181 a 365	568	5.624
Superior a 365	4.349	2.683
Total	5.837	18.862

12. DETALHAMENTO E MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Provisões técnicas de seguros	Saldo em 31/12/2010	Consti-tuições	Reversões	Atualizações	Saldo em 31/12/2011
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	514.245	3.093.585	(2.711.971)	–	895.859
Provisão de insuficiência e prêmios (PIP)	139.271	57.652	–	–	196.923
Provisão de sinistros a liquidar	492.723	1.042.648	(947.638)	19.742	607.475
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	129.859	54.716	–	–	184.575
Outras provisões (PCP)	27.079	–	(7.317)	–	19.762
Outras provisões (PMBaC)	4.173	4.191	–	–	8.364
Outras provisões (excluído PCP e PMBaC)	120	73	–	–	193
Total das provisões técnicas	1.307.470	4.252.865	(3.666.926)	19.742	1.913.151
Custo de aquisição diferido	107.421	629.605	(505.276)	–	231.750
Total	1.414.891	4.882.470	(4.172.202)	19.742	2.144.901

Provisões técnicas - resseguros	Saldo em 31/12/2010	Consti-tuições	Reversões	Atualizações	Saldo em 31/12/2011
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	130.907	211.781	(203.370)	–	139.318
Provisão de insuficiência de prêmios (PIP)	–	–	–	–	–
Provisão de sinistros a liquidar	23.899	90.498	(63.864)	1.682	52.215
Provisão de eventos ocorridos e não avisados - IBNR	4.072	14.150	–	–	18.222
Outras provisões (PCP)	2.558	6.017	–	–	8.575
Outras provisões (PMBaC)	3.756	3.356	–	–	7.112
Outras provisões (excluído PCP e PMBaC)	120	73	–	–	193
Total das provisões técnicas	165.192	325.802	(267.234)	1.682	225.442
Custo de aquisição diferido	26.326	44.184	(35.459)	–	35.051
Total	191.518	370.006	(302.693)	1.682	260.493

Provisões técnicas - seguros	Saldo em 31/12/2009	Consti-tuições	Reversões	Atualizações	Saldo em 31/12/2010
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	542.734	1.123.296	(1.151.785)	–	514.245
Provisão matemática de benefícios a conceder	8.984	–	(4.811)	–	4.173
Sinistros avisados (a liquidar)	691.654	835.967	(1.047.700)	12.802	492.723
Provisão de insuficiência de prêmios (PIP)	92.560	46.711	–	–	139.271
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (IBNR)	207.646	–	(77.787)	–	129.859
Outras provisões (principalmente PCP)	30.591	–	(3.392)	–	27.199
Total das provisões técnicas	1.574.169	2.005.974	(2.285.475)	12.802	1.307.470
Custo de aquisição diferidos	101.241	6.179	(5.459)	–	107.421

Ativos de resseguro - provisões técnicas	Saldo em 31/12/2009	Consti-tuições	Reversões	Atualizações	Saldo em 31/12/2010
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG + PRVNE)	189.210	400.588	(458.890)	–	130.908
Provisão matemática de benefícios a conceder	8.086	–	(4.330)	–	3.756
Sinistros avisados (a liquidar)	131.124	65.982	(172.290)	(915)	23.901
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (IBNR)	79.376	–	(75.304)	–	4.072
Outras provisões (principalmente PCP)	3.690	–	(1.133)	–	2.557
Total das provisões técnicas	411.487	466.569	(711.947)	(915)	165.194
Custo de aquisição diferidos	35.706	–	(9.381)	–	26.325

13. DESENVOLVIMENTO DE SINISTROS

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo ilustrar o risco de seguro inerente, comparando os sinistros pagos com as suas respectivas provisões. Partindo do ano em que o sinistro foi ocorrido, a parte superior do quadro demonstra a variação da provisão no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que as informações mais precisas a respeito da severidade dos sinistros são obtidas. A parte inferior do quadro demonstra a reconciliação dos montantes com os saldos contábeis.

Montante estimado para os sinistros	Ano de ocorrência do sinistro					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
• No ano da ocorrência	292.138	353.306	359.900	458.132	515.350	720.872
• Um ano após a ocorrência	308.551	349.327	362.472	437.438	503.433	–
• Dois anos após a ocorrência	310.403	351.643	352.890	441.571	–	–
• Três anos após a ocorrência	315.464	346.250	365.446	–	–	–
• Quatro anos após a ocorrência	320.717	355.348	–	–	–	–
• Cinco anos após a ocorrência	329.304	–	–	–	–	–
Estimativa dos sinistros na data-base	329.304	355.348	365.446	441.571	503.433	720.872
Pagamentos de sinistros efetuados	308.066	329.025	337.482	405.921	437.448	374.354
Sinistros Pendentes	21.238	26.324	27.964	35.650	65.985	346.519

14. COBERTURA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2011	2010
Provisões técnicas	1.913.151	1.307.470
Parcela correspondente a resseguros contratados	(190.391)	(165.193)
Direitos creditórios	(114.452)	(67.273)
DPVAT	(70.816)	(51.642)
Total a ser coberto	1.537.492	1.023.362

Bens oferecidos em cobertura:

Quotas e fundos de investimentos	1.169.960	906.842
Títulos de renda fixa - públicos	190.819	258.495
Títulos de renda fixa - privados	251.889	77.312
	1.612.668	1.242.649

15. PROVISÃO DE SINISTRO A LIQUIDAR JUDICIAL

a) Composição das ações judiciais de sinistro por probabilidade de perda	2011		2010	
	Quantidade	Valor da Causa	Quantidade	Valor da Causa
PSL Judicial	1.349	53.648	1.111	49.470
Provável	2.871	169.418	2.481	153.027
Possível	503	3.145	–	3.848
Remota	4.723	226.211	2.615	206.345
		261.356		239.135

A provisão para as ações judiciais relacionadas a sinistros é baseada em norma interna que considera, além das probabilidades de perda avaliadas pelos advogados, a análise dos riscos envolvidos e perdas históricas.

b) Composição das ações judiciais de sinistro por probabilidade de perda

	2011	2010
PSL Judicial	1.349	1.111
Provável	2.871	2.481
Possível	503	–
Remota	4.723	2.615

A Companhia propõe a administração de plano de previdência complementar aos seus colaboradores, cujos benefícios compreendem pensão e complemento de aposentadoria. O regime do plano é de contribuição definida, sendo que as contribuições efetuadas durante o período totalizaram R\$ 600 (2010 - R\$ 557).

22. ISENÇÕES ADOTADAS E EXCEÇÕES OBRIGATORIAS

Para os períodos anteriores, incluindo o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, as demonstrações financeiras foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Superintendência de Seguros Privados e pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76, Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09). A Companhia adotou todos os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do CPC aprovados pela SUSEP no que não contrariem os requerimentos do órgão regulador, consequentemente, as demonstrações financeiras estão de acordo com as exigências da Autarquia. Abaixo listamos a exceção adotada pela Companhia referente às isenções obrigatórias e opcionais a serem consideradas no primeiro ano de adoção das normas IFRS: Avaliação de contratos de seguros - a Companhia adotou os requerimentos do CPC 11 - "Contratos de Seguros", que permite a manutenção de certas práticas contábeis utilizadas anteriormente, após o cumprimento de certos requerimentos mínimos do CPC, tais como classificação de contratos e teste de adequação dos passivos ("Liability Adequacy Test" conforme definido no IFRS 4), obrigatórios para os contratos que atendem a

provisão de sinistros a liquidar e provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.

3. Com a comprovação de suficiência na Provisão de Prêmios Não Ganhos, não houve necessidade da constituição da Provisão de Insuficiência de Prêmios devido ao equilíbrio técnico-atuarial da carteira, exceto para uma apólice de seguro de vida em grupo, cujo valor constituído foi analisado e encontra-se adequado.

4. Nossa avaliação foi conduzida de acordo com as metodologias atuariais e estatísticas conhecidas e aplicáveis no Brasil, internacionalmente aceitas, e compreenderam em analisar a adequação das Provisões Técnicas constituídas e a movimentação da carteira por ramo de seguro. Assim, verificamos a precisão dos dados, a metodologia e consistência das Provisões Técnicas constituídas, bem como a movimentação da carteira por tipo de ramo de seguro, durante o período compreendido entre 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

b) Composição das ações por ano de citação

Ano de abertura	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998	1997
Natureza Fiscal	458.978	432.861	478.438	448.798	419.176	393.126	363.126	333.126	303.126	273.126	243.126	213.126	183.126	153.126	123.126
COFINS	428.355	403.394	434.438	407.665	391.176	375.126	359.126	343.126	327.126	311.126	295.126	279.126	263.126	247.126	231.126
PIS	12.781	12.300	12.665	12.197	12.000	12.000	12.000	12.000	12						

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da **Companhia de Seguros Aliança do Brasil** é um órgão estatutário, de funcionamento permanente, subordinado ao Órgão de Administração da Seguradora e constituído em conformidade com a Resolução 118/2004, do Conselho Nacional de Seguros Privados. Sua atuação abrange, também, a Aliança do Brasil Seguros S.A., na forma da legislação vigente.

2. O Comitê é composto por três membros, com mandato individual de um ano, sendo permitida a recondução consecutiva ao cargo até o limite de cinco anos. Seus integrantes preenchem as condições exigidas pela regulamentação para o exercício da função, inclusive, em conjunto, experiência e conhecimentos comprovados em contabilidade e auditoria.

3. As regras de funcionamento do Comitê de Auditoria estão formalmente estabelecidas em Regimento Interno próprio, aprovado pelo Conselho de Administração. Além do previsto na legislação, cabe ao Comitê, como estabelecido no Regimento: assessorar a Administração no que concerne ao exercício de suas funções

de auditoria e fiscalização; supervisionar as atividades e avaliar os trabalhos da Auditoria Independente; e supervisionar as atividades e avaliar os trabalhos da Auditoria Interna.

4. Durante o exercício de 2011, o Comitê desenvolveu suas atividades de forma regular, como previsto na legislação e no Regimento Interno, reuniu-se periodicamente com os Administradores e Colegiados e com os responsáveis pelas auditorias interna e externa, e analisou relatórios e outros documentos, com o objetivo de determinar como os riscos inerentes às atividades são identificados, monitorados e gerenciados.

5. Com base nas informações recebidas da Administração, o Comitê de Auditoria verificou o cumprimento do disposto no art. 14, § 4º, da Resolução CNSP nº 168/2007, introduzido pela Resolução CNSP nº 232, de 25 de março de 2011.

6. O sistema de controles internos das Companhias é compatível com o porte e complexidade dos seus negócios e mostrou-se eficaz na mitigação de riscos não desejados, minimizando a possibilidade de

ocorrências de danos materiais e de não conformidade com leis e regulamentos aplicáveis.

7. O Comitê de Auditoria revisou, pela maioria de seus membros, previamente à publicação, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e relatórios, sem ressalvas, desta data, da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., concluindo que tais documentos são adequados e foram produzidos de acordo com as normas legais vigentes.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2012.

Egídio Otmar Ames
Coordenador

Gil Aurélio Garcia
Membro Titular

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Companhia de Seguros Aliança do Brasil**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Companhia de Seguros Aliança do Brasil ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e da demonstração dos resultados abrangentes para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Seguros Aliança do Brasil em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de

comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 18 de fevereiro de 2011, que não conteve nenhuma modificação.

Demonstração do Resultado Abrangente

Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, examinamos também a demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, que não era requerida pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para aquele período. Em nossa opinião, esta demonstração está adequadamente apresentada, em todos os aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Quality In Everything We Do
ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Patrícia di Paula da Silva Paz
Contador CRC-1SP198827/O-3

DIRETORIA

Diretores

Diretor Presidente
Roberto Barroso
Diretor Vice-Presidente
Marcos Eduardo dos Santos Ferreira

Alencar Rodrigues Ferreira Júnior
Benedito Luiz Alves Dias
Bento Aparício Zanini
Carlos Alberto Landim
Cleide da Penha Fonseca Rodrigues

Eduardo de Oliveira Martins
Felipe Costa da Silveira Nascimento
Luís Carlos Guedes Pinto
Paulo Euclides Bonzanini

Contadora
Simone Pieretti Gonçalves
CRC 1SP183717/O-5

Atuária
Vera Lúcia Fernandes Lopes
Registro MIBA nº 817

Crescimento, aprendizado, experiência. Como você está vendo aqui, muita coisa aconteceu no primeiro ano da nova geração.

GRUPO SEGURADOR BB MAPFRE

GRUPO SEGURADOR



Uma nova geração de seguros.